



ANEXO IV – CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E REFERÊNCIAS

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

PORTUGUÊS

Ortografia: uso de S e Z. Emprego de SS, C, Ç, CH, EX, J e G. Divisão silábica: separação e partição de sílabas. Classificação das palavras quanto ao número de sílabas. Acentuação gráfica: princípios básicos (regras), classificação das palavras quanto à posição da sílaba tônica, Classe de palavras (classes gramaticais). Flexões: gênero, número e grau do substantivo e adjetivo. Tempos e modos do verbo. Crase. Frase e Oração. Tipos de sujeito. Sinônimos e antônimos. Interpretação de texto [informativo ou literário]. Sufixos e Prefixos. Tipos de predicado. Pronomes de Tratamento. Vozes do verbo. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa desse conteúdo.

REFERÊNCIAS:

BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37ª ed. Atualizada pelo Novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.

CARNEIRO, A. D. Texto em construção: interpretação de texto. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1998.

CIPRO NETO, P.; INFANTE, U. Gramática da língua portuguesa. 2ª ed. São Paulo: Scipione, 2003.

CUNHA, C., CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, A. B. de H. Dicionário Aurélio da língua portuguesa. 5ª ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GUIMARÃES, E. A articulação do texto. São Paulo: Ática, 2000.

KURY, A. da G. Ortografia, pontuação, crase. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

MATEMÁTICA

Matemática/Raciocínio Lógico: Operações básicas: adição, subtração, multiplicação e divisão. Potenciação e Radiciação. Operações com números naturais. Expressões Numéricas. Problemas. Regra de três. Números primos. Múltiplos, Divisores, MDC e MMC. Operações Básicas com Polinômios. Frações, Decimais e Dízimas. Regra de três. Transformação em dias, horas, minutos e segundos. Sistema de Medidas. Porcentagem. Sistema de Conjuntos. Sistema Monetário Brasileiro. Raciocínio lógico: Sequências Lógicas envolvendo números, letras e figuras. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa desse conteúdo.

REFERÊNCIAS:

DANTE, L. R. Tudo é matemática – 9º ano. Ensino Fundamental. São Paulo: Ática, 2008.



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

DOLCE, O.; IEZZI, G.; MACHADO, A. Matemática e realidade. 9º ano. Ensino fundamental. São Paulo: Atual, 2009.

IMENES, L. M.; LELLIS, M. Matemática. Ensino fundamental. São Paulo: Moderna, 2010.

VASCONCELLOS, M. J. Praticando matemática. 9º ano. Ensino Fundamental: São Paulo: Editora do Brasil, 2015.

CONHECIMENTOS GERAIS

Cultura Geral: Fatos Políticos econômicos e sociais do Brasil e do Mundo ocorridos nos anos de 2018 a 2023 divulgados na mídia nacional e internacional. Conhecimentos Gerais e Atualidades: aspectos geográficos, históricos, físicos, econômicos, sociais, políticos e estatísticos do Brasil, do Estado e do Município. Noções de cidadania. Símbolos nacionais, estaduais e municipais. Atualidades nos assuntos relacionados com economia, ecologia, ecossistemas, história, política, meio ambiente, justiça, segurança pública, saúde, cultura, religião, qualidade de vida, esportes, turismo, georreferenciamento, inovações tecnológicas e científicas, do Município, do Estado, do Brasil e do mundo. Ética: conceito, ética na sociedade e ética no trabalho. Notícias em geral da atualidade. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa desse conteúdo.

REFERÊNCIAS:

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Símbolos do Município. Disponível em:
<<https://www.araxa.mg.leg.br/institucional/simbolos-do-municipio>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Araxá. História do IPDSA - A criação do IPDSA. Disponível em: <<http://ipdsa.org.br/menu/link/108/historia-do-ipdsa>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Araxá. Plano Diretor - Uma estratégia de Desenvolvimento. Histórico do Plano Diretor de Araxá. Disponível em:
<<http://ipdsa.org.br/menu/link/7/o-plano>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BIOLOGIANET. Ecologia e Ecossistemas. Disponível em:
<<https://www.biologianet.com/ecologia/ecossistema.htm>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Símbolos nacionais. Disponível em:
<<http://www2.planalto.gov.br/conheca-a-presidencia/acervo/simbolos-nacionais/simbolos-nacionais-1>>
Acesso em: 24 de janeiro de 2023.



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Atlas Geográfico Escolar. Disponível em: <<http://atlasescolar.ibge.gov.br/>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. História de Araxá. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/araxa/historico>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Panorama. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/araxa/panorama>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

INTERNET: *Sites* de revistas e de jornais citados anteriormente e de atualidades (Google Notícias, Congresso em Foco, UAI, UOL, Terra, Globo (G1), R7 e similares) e Guias de Bairros e Localizações.

JORNAIS: Jornal Estado de Minas, Folha de São Paulo, Brasil de Fato.

REVISTAS: Veja, Época, Exame, Isto É.

TODA MATERIA. FILOSOFIA: Ética. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/etica/>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

TODA MATERIA. SOCIOLOGIA: Cidadania. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/cidadania/>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ENSINO MÉDIO/TÉCNICO

PORTUGUÊS

Compreensão e interpretação de textos. Gêneros e tipos de texto. Articulação textual: operadores sequenciais, expressões referenciais. Coesão e coerência textual. Identificação, definição, classificação, flexão e emprego das classes de palavras; formação de palavras. Verbos: flexão, conjugação, vozes, correlação entre tempos e modos verbais. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Colocação pronominal. Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos. Acentuação gráfica. Ortografia. Pontuação. Variação linguística. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa desse conteúdo.

REFERÊNCIAS:

BECHARA, E. Gramática escolar da língua portuguesa. 2ª ed. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

CIPRO NETO, P.; INFANTE, U. Gramática da Língua Portuguesa. 3ª ed. São Paulo: Scipione, 2008.

CUNHA, C.; CINTRA, L. A Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.

FERNANDES, F. Dicionário de verbos e regimes. 39ª ed. Porto Alegre: Globo, 2002.



CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA



EDITAL Nº 01/2023

FIORIN, J. L. Lições de texto, leitura e redação. São Paulo: Ática, 2003.

GARCIA, O. M. Comunicação em Prosa Moderna. 27ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.

NEVES, M. H. de M. Guia de uso do português: confrontando regras e usos. 2ª ed. São Paulo: Unesp, 2012.

SACCONI, L. A. Nossa Gramática Completa. 31ª ed. São Paulo: Nova Geração, 2011.

SILVA, M. O Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa: o que muda e o que não muda. São Paulo: Contexto, 2011.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Noções básicas da lógica matemática: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica, argumentos válidos, problemas com tabelas e argumentação. Linguagem dos conjuntos: Notação e representação de conjuntos; Elementos de um conjunto e relação de pertinência; Igualdade de conjuntos; Relação de inclusão; Subconjuntos; Conjunto unitário; Conjunto vazio; Conjuntos das partes; Formas e representações de conjuntos; Conjunto finito e infinito; Conjunto universo; Operações com conjuntos; União. Operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação. Números decimais. Valor absoluto. Propriedades no conjunto dos números naturais. Decomposição de um número natural em fatores primos. Múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum de dois números naturais. Verdades e Mentiras: resolução de problemas. Sequências (com números, com figuras, de palavras). Análise combinatória e probabilidade. Problemas envolvendo raciocínio lógico. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa desse conteúdo.

REFERÊNCIAS:

DANTE, L. R. Matemática: contexto e aplicações. São Paulo: Ática, 2011.

GARDNER, M. Divertimentos Matemáticos. 4ª ed. São Paulo: Ibrasa, 2013.

IEZZI, G. e outros. Coleção fundamentos de matemática elementar. 9ª ed. São Paulo: Atual, 2013.

IEZZI, G. e outros. Matemática 2º Grau. 6ª ed. São Paulo: Atual, 2015.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Sistemas de Backup: Tipos de *backup*. Planos de contingência. Meios de armazenamento para *backups*. **Sistemas operacionais:** conhecimentos do ambiente *Windows*. *Windows 10*: operações com janelas, menus, barra de tarefas, área de trabalho; trabalho com pastas e arquivos: localização de arquivos e pastas; movimentação e cópia de arquivos e pastas; tipos de arquivos e extensões; criação, renomeação e exclusão de arquivos e pastas; configurações básicas do *Windows*: resolução da tela, cores, fontes, impressoras, aparência, segundo plano, protetor de tela; *Windows Explorer*. **Editor de texto Microsoft Word 2016 e superior:** criação, edição, formatação e impressão; criação e manipulação de tabelas; inserção e formatação de gráficos e figuras; geração de mala direta. **Planilha eletrônica Microsoft Excel 2016 e superior:** criação, edição, formatação e impressão; utilização de fórmulas; geração de gráficos; classificação e organização de dados.



CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA



EDITAL Nº 01/2023

Software de Apresentações PowerPoint 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão das apresentações. **Conhecimentos de internet:** noções básicas; correio eletrônico (receber e enviar mensagens; anexos; catálogos de endereço; organização das mensagens); navegadores (*Internet Explorer, Google Chrome, Mozilla Firefox e Microsoft Edge*). **Noções de rede de computadores:** conceitos e serviços relacionados à *Internet*, tecnologias e protocolos da *internet*, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à *internet/intranet*. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa desse conteúdo. **Hardware e Software:** Fundamentos de computação: Conceitos de *hardware* e *software*. Organização e arquitetura de computadores. Componentes de um computador (*hardware* e *software*). Conceitos de segurança da informação, noções básicas de segurança da informação. Políticas de Segurança da Informação. Classificação da informação, segurança física e segurança lógica. Análise e gerenciamento de riscos. Ameaça, tipos de ataques e vulnerabilidade. Ataques e proteções relativos a hardware, sistemas operacionais, aplicações, bancos de dados e redes. **Rede Sociais:** conceitos e características, vantagens e desvantagens. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa desse conteúdo.

REFERÊNCIAS:

CENTRO DE ESTUDOS, RESPOSTA E TRATAMENTO DE INCIDENTES DE SEGURANÇA NO BRASIL – CERT. Cartilha de segurança para *internet*. Disponível em: <<http://cartilha.cert.br/>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

FOROUZAN, B. A.; MOSHARRAF, F. Redes de computadores: uma abordagem *top-down*. Porto Alegre: AMGH, 2013.

Manuais On-line do Microsoft Excel. Disponível em: <<https://support.office.com/pt-BR/Excel>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

Manuais On-line do Microsoft Word. Disponível em: <<https://support.office.com/pt-BR/Word>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

Manuais On-line do Microsoft PowerPoint. Disponível em: <<https://support.office.com/pt-BR/PowerPoint>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

Manuais On-line do Sistema Operacional Windows. Disponível em: <<https://support.microsoft.com/pt-br>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

Manuais On-line do Google Chrome. Disponível em: <<https://support.google.com/chrome>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

Manuais On-line do Mozilla Firefox. Disponível em: <<https://support.mozilla.org/pt-BR/products/firefox>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

Manuais On-line do Microsoft Edge. Disponível em: <<https://support.microsoft.com/>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

MANZANO, A. L. N. G. Estudo dirigido de *Windows 10 Home*. São Paulo: Érica, 2016.

OK CONCURSOS. Informática para Concursos. Disponível em: <<https://www.okconcursos.com.br/apostilas/apostila-gratis/130-informatica-para-concursos>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

TODA MATERIA. Informática. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/informatica/>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

CONHECIMENTOS GERAIS

Cultura Geral: Fatos Políticos econômicos e sociais do Brasil e do Mundo ocorridos nos anos de 2018 a 2023 divulgados na mídia nacional e internacional. Conhecimentos Gerais e Atualidades: aspectos geográficos, históricos, físicos, econômicos, sociais, políticos e estatísticos do Brasil, do Estado e do Município. Noções de cidadania. Símbolos nacionais, estaduais e municipais. Atualidades nos assuntos relacionados com economia, ecologia, ecossistemas, história, política, meio ambiente, justiça, segurança pública, saúde, cultura, religião, qualidade de vida, esportes, turismo, georreferenciamento, inovações tecnológicas e científicas, do Município, do Estado, do Brasil e do mundo. Ética: conceito, ética na sociedade e ética no trabalho. Notícias em geral da atualidade. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa desse conteúdo.

REFERÊNCIAS:

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Símbolos do Município. Disponível em:

<<https://www.araxa.mg.leg.br/institucional/simbolos-do-municipio>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Araxá. História do IPDSA - A

criação do IPDSA. Disponível em: <<http://ipdsa.org.br/menu/link/108/historia-do-ipdsa>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Araxá. Plano Diretor - Uma estratégia de Desenvolvimento. Histórico do Plano Diretor de Araxá. Disponível em:

<<http://ipdsa.org.br/menu/link/7/o-plano>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BIOLOGIANET. Ecologia e Ecossistemas. Disponível em:

<<https://www.biologianet.com/ecologia/ecossistema.htm>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Símbolos nacionais. Disponível em:

<<http://www2.planalto.gov.br/conheca-a-presidencia/acervo/simbolos-nacionais/simbolos-nacionais-1>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Atlas Geográfico Escolar.

Disponível em: <<http://atlascolar.ibge.gov.br/>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. História de Araxá. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/araxa/historico>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Panorama. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/araxa/panorama>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

INTERNET: *Sites* de revistas e de jornais citados anteriormente e de atualidades (Google Notícias, Congresso em Foco, UAI, UOL, Terra, Globo (G1), R7 e similares) e Guias de Bairros e Localizações.

JORNAIS: Jornal Estado de Minas, Folha de São Paulo, Brasil de Fato.

REVISTAS: Veja, Época, Exame, Isto É.

TODA MATERIA. FILOSOFIA: Ética. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/etica/>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

TODA MATERIA. SOCIOLOGIA: Cidadania. Disponível em:
<<https://www.todamateria.com.br/cidadania/>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

LEGISLAÇÃO

Noções de Direito Constitucional: Constituição brasileira: Título I - Dos Princípios Fundamentais. Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais: do art. 5º ao art. 13. Título III - Da Organização do Estado: Capítulo IV - Dos Municípios - art. 29, 29-A, 30, 31 e Capítulo VII - Da Administração Pública – art. 37, 38 e 39. Poderes Administrativos (Poder vinculado, discricionário, hierárquico, de polícia, disciplinar, regulamentar etc.). Legislações de Licitação. Educação Ambiental. Política Nacional de Meio Ambiente. Legislações Ambientais do Município, do Estado e da União. Legislação Municipal de Licenciamento Ambiental. Plano Diretor. Estatuto do Servidor. Acesso à Informação. Código de Posturas do Município. Código de Edificações do Município. Todas as legislações dispostas na referência com suas respectivas atualizações.

REFERÊNCIAS:

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Orgânica do Município de Araxá, de 21 de março de 1990, e atualizações. Lei Orgânica Município de Araxá atualizada em agosto 2011. Disponível em:
<<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/3>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 1.939, de 02 de janeiro de 1985, e atualizações. Estabelece normas para Controle do Meio Ambiente e dá outras providências. Disponível em:
<https://sapl.araxa.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1990/910/910_texto_integral.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 2.371, de 19 de outubro de 1990, e atualizações. Dispõe sobre a Política de Proteção ao Controle e da Conservação do Meio Ambiente e da Melhoria da Qualidade de Vida no Município de Araxá. Disponível em:
<http://ipdsa.org.br/dados/licenca_ambiental/4/arquivo/lei_no_7.737%20Licenciamento%20Ambiental.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 5.998, de 20 de junho de 2011, e atualizações. Dispõe sobre Plano Diretor Estratégico, o sistema e o processo de planejamento e gestão do desenvolvimento urbano do Município de Araxá. Disponível em:



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

<https://sapl.araxa.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2011/6671/6671_texto_integral.pdf>
Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 7.737, de 16 de março de 2022, e atualizações. Dispõe sobre critérios e procedimentos destinados à atividade de licenciamento ambiental no Município de Araxá-MG, estabelece a Taxa de Licenciamento Ambiental (TLA), e dá outras providências. Disponível em:
<http://ipdsa.org.br/dados/licenca_ambiental/4/arquivo/lei_no_7.737%20Licenciamento%20Ambiental.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 7.836, de 30 de junho de 2022, e atualizações. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Araxá e institui o regime jurídico dos servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Araxá e dá outras providências. Disponível em:
<<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/8697>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e atualizações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, e atualizações. Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp140.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e atualizações. Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente e suas alterações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e atualizações. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm> Acesso: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e atualizações. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. E suas alterações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e atualizações. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm> Acesso: 24 de janeiro de 2023.



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e atualizações. República Federativa do Brasil. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em:
<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.133-de-1-de-abril-de-2021-311876884>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

CARVALHO, M. Manual de Direito Administrativo. 7ª ed. Bahia: Editora JusPODIVM 2020.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Decreto Estadual nº 45.969, de 24 de maio de 2012, e atualizações. Regulamenta o acesso à informação no âmbito do Poder Executivo. Disponível em:
<<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45969&ano=2012>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 301 - AGENTE ADMINISTRATIVO / 304 – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Conhecimentos gerais de Administração Pública: noções sobre a Constituição da República Federativa do Brasil. Lei de Licitações e Pregão (Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 14.133/2021). Noções de arquivo. Departamentalização e Descentralização. Habilidades interpessoais. Atendimento do cidadão. Diversidade. Atitudes no trabalho. Satisfação no trabalho. Trabalho em grupo. Trabalho em equipe. Comunicação interpessoal e organizacional. Conflito. Negociação. Estrutura Organizacional. Formulários. Análise e distribuição do trabalho. Manuais de organização. Redação de documentos oficiais, memorandos, ofícios, relatórios, projetos básicos, termos de referência, planilhas de preços, revisar documentos quanto ao aspecto redacional ordens de serviços, instruções, exposições de motivos e textos empresariais em geral. Administração Pública. Almoxarifado e gestão de estoques. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

REFERÊNCIAS:

BELTRÃO, O. Correspondência: linguagem & comunicação: oficial, empresarial, particular. Odacir Beltrão, Mariúsa Beltrão. 24ª ed. rev. e atual. por Mariúsa Beltrão. São Paulo: Atlas, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e atualizações. Títulos e Capítulos que tratam da Administração Pública e respectivas leis complementares e Emendas Constitucionais. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e atualizações. Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10024.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e atualizações. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

comuns, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm> Acesso: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e atualizações.

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110520.htm> Acesso: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e atualizações. República Federativa do Brasil. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em:

<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.133-de-1-de-abril-de-2021-311876884>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Manual de Redação Oficial da Presidência da República. 3ª ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em:

<[http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-republica/manual-de-redacao.pdf](http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf)> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRUDEKI, N. M.; BERNARDI, J. Gestão de Serviços Públicos Municipais. Curitiba, PR: Intersaberes, 2013.

CADAMURO, J. S. O auxiliar administrativo no escritório. Curitiba: Ibpex, 2014.

CASTRO, R. R. C. de M. Administração de recursos materiais para concursos. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

CRUZ, E. B. Manual de gestão de documentos. Belo Horizonte. Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro. 2ª ed. rev. e atual, 2013.

MARIANO, F. Arquivologia. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015.

MEDEIROS, J. B. Manual da secretária. João Bosco Medeiros, Sonia Hernandes. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado – TCE. Como elaborar o Termo de Referência ou Projeto Básico. Disponível em: <<https://www.tce.mg.gov.br/img/2017/Cartilha-Como-Elaborar-Termo-de-Referencia-ou-Projeto-Basico2.pdf>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

PALUDO, A. Administração pública. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. Disponível em:

<http://www.mktgen.com.br/MET/ELSEVIER/9788535282429_SUM.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

SANTOS, C. S. dos. Introdução a Gestão Pública. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SILVA, M. da. Teoria da administração pública. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008. Disponível em:

<<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/207/Teoria%20da%20administra%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%ABlica.pdf?sequence=1>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – 302 - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – EDIFICAÇÕES

Concreto - Controle tecnológico dos materiais e serviços. Estruturas de Concreto - formas, escoramento, armaduras, concretagem e cura. Fundações superficiais e profundas - tipos, sondagem, execução e controle. Obras de Terra. Terraplenagem - movimentação de terra, drenagem, arruamento e pavimentação. Serviços topográficos - Execução e controle. Materiais de construção aglomerantes (cimento, cal e gesso), aditivos para concreto, alvenarias, contrapisos, revestimentos, telhado, pintura, impermeabilização, instalações prediais (hidráulicas, pluviais, sanitárias e elétricas) e serviços complementares. Leitura e interpretação de projetos arquitetônico, estrutural, de instalações prediais e de obras complementares. Acessibilidade em edificações. Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio. Saídas de emergência. Noções de desenho digital (AUTOCAD). Cálculo de área, perímetro e volume. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

REFERÊNCIAS:

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 2.547, de 22 de julho de 1992, e atualizações. Código de Posturas do Município de Araxá. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/3768>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 3.137, de 03 de julho de 1996, e atualizações. Institui o Código de Edificações no Município de Araxá, e dá outras providências. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/7195>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 3.567, de 22 de novembro de 1999, e atualizações. Dispõe sobre a colocação e permanência de caçambas de coleta de terra e entulho nas vias e logradouros públicos e dá outras providências. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/2042>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 5.998, de 20 de junho de 2011, e atualizações. Dispõe sobre Plano Diretor Estratégico, o sistema e o processo de planejamento e gestão do desenvolvimento urbano do Município de Araxá. Disponível em: <https://sapl.araxa.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2011/6671/6671_texto_integral.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 6.834, de 24 de março de 2015, e atualizações. Dispõe sobre a obrigatoriedade, das empresas concessionárias, permissionárias, contratadas ou similares a fazer serviços de reparação aos danos causados às vias, calçadas e demais passeios públicos, no âmbito do Município de Araxá, e dá outras providências. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/7601>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 7.783, de 22 de abril de 2022, e atualizações. Institui o Plano Municipal de Gestão de Resíduos de Construção Civil no Município de Araxá e dá outras providências. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/8668>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR – 5410:2004. Instalações elétricas de baixa tensão.



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR - 5626:2020. Sistemas prediais de água fria e água quente —Projeto, execução, operação e manutenção.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR - 5732:1991. Cimento Portland comum - Esta Norma fixa as condições exigíveis no recebimento dos cimentos Portland comuns (CPI e CPI-S), de classes 25, 32 e 40.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR - 6118:2014. Projeto de estruturas de concreto - Procedimento - Esta Norma estabelece os requisitos básicos exigíveis para o projeto de estruturas de concreto.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR - 6122:2010. Projeto e execução de fundações - Esta Norma estabelece os requisitos a serem observados no projeto e execução de fundações de todas as estruturas da engenharia civil.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR - 6492:2021. Documentação técnica para projetos arquitetônicos e urbanísticos — Requisitos.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR - 7211:2009. Agregados para concreto - Especificação - Esta Norma especifica os requisitos exigíveis para recepção e produção dos agregados miúdos e graúdos destinados à produção de concretos de cimento Portland.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR - 7212:2012. Execução de concreto dosado em central - Procedimento - Esta Norma estabelece os requisitos para a execução de concreto dosado em central e inclui as operações de armazenamento dos materiais, dosagem, mistura, transporte, recebimento, controle de qualidade e inspeção, incluindo critérios de aceitação e rejeição do controle interno da central de concreto. Esta Norma não abrange as operações subsequentes à entrega e recebimento do concreto fresco. Esta Norma aplica-se também, no que couber, aos casos em que a executante da obra dispõe de central de concreto.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR – 8160:1999. Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR – 9050:2020. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR – 9077:2001. Saídas de emergência em edifícios.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR – 10844:1989. Instalações prediais de águas pluviais.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR - 14931:2004. Execução de estruturas de concreto - Procedimento - Esta Norma estabelece os requisitos gerais para a execução de estruturas de concreto. Em particular, esta Norma define requisitos detalhados para a execução de obras de concreto, cujos projetos foram elaborados de acordo com a ABNT NBR 6118.



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR - 16636-1:2017. Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos.

BAUER, L. A. F. Materiais de Construção. Vol 1. 5ª ed. São Paulo: LTC, 1988.

BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) - Manual de Pavimentação.

Disponível em:

<http://www1.dnit.gov.br/arquivos_internet/ipr/ipr_new/manuais/Manual%20de%20Pavimenta%E7%E3o_05.12.06.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, e atualizações.

Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ESPARTEL, L. Curso de topografia / Lelis Espartel. 9ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987. 655p.

MINAS GERAIS. Departamento de Estradas e Rodagem de Minas Gerais (DEER-MG). Manual de Fiscalização de Obras em Vias Rurais. Disponível em:

<<http://www.deer.mg.gov.br/institucional/legislacao/normas-tecnicas-deer#manuais>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

MOTA, N. A.; VALLE, R. M. do. Apostila de Autocad – Modelo Básico. Juiz de Fora: UFJF, 2011.

Disponível em: <<http://www.ufjf.br/petcivil/files/2009/02/Autocad-apostila.pdf>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

SALGADO, J. C. P. Técnicas e práticas construtivas: da implantação ao acabamento. 1ª ed. São Paulo: Érica, 2014.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 303 - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO - MEIO AMBIENTE

Noções de Ecologia. Ciclos Biogeoquímicos e Poluição Ambiental. Gerenciamento de resíduo sólido: conceitos, caracterização, aspectos ambientais e epidemiológicos, geração, métodos de disposição final e tratamento. Planos de Gerenciamento de Resíduos. Sistemas de Tratamento de Esgotos: Conceitos básicos, Características do esgoto doméstico, Sistemas de Tratamento, Gestão e Disposição de Efluentes e lodos. Sistemas de Abastecimento de água: Conceitos básicos, características químicas, físicas e biológicas de água superficial e subterrânea, Concepções de Estações de Tratamento de água para consumo humano, qualidade da água para consumo humano – Portaria Federal nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde, Vigilância Sanitária. Avaliação de Efluentes industriais. Educação ambiental: Fundamentos da questão ambiental, Política de Educação ambiental nas escolas e na comunidade, sociedade sustentável. Gestão Ambiental: Avaliação de Impacto Ambiental. Noções de Metodologias de Avaliação de Impactos Ambientais, Processo de Licenciamento Ambiental: Análise da competência do Licenciamento Prévio, EIA/RIMA e RIA Licença Prévia, Licença de Instalação, Licença de Operação, Autos de infração e Termo de Ajustamento de Conduta. Legislações Ambientais Nacionais: Lei de crime ambiental; Política Nacional de recursos Hídricos – Lei Federal nº 9.433/1997; Política Nacional de Saneamento Básico – Lei Federal nº 11.445/2007; Política nacional de resíduos Sólidos – Lei Federal nº 12.305/2010. Política Nacional de Educação Ambiental – Lei Federal nº 9.795/1999; Licenciamento Ambiental: Lei Federal nº 6.938/1981. Sistema Nacional de Unidades



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

de Conservação da Natureza - Lei Federal nº 9.985/2000; Resoluções CONAMA: nº 001/1986; nº 237/1997; nº 274/2000; nº 357/2005, nº 430/2011, nº 01/1990, nº 02/1993; nº 05/1989; nº 03/1990, nº 382/2006; nº 358/2005; nº 307/2002; nº 448/2012; nº 431/2011; nº 362/2005; nº 420/2009; nº 469/2015. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

REFERÊNCIAS:

- ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 1.939, de 02 de janeiro de 1985, e atualizações. Estabelece normas para Controle do Meio Ambiente e dá outras providências. Disponível em: <https://sapl.araxa.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1990/910/910_texto_integral.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 2.371, de 19 de outubro de 1990, e atualizações. Dispõe sobre a Política de Proteção ao Controle e da Conservação do Meio Ambiente e da Melhoria da Qualidade de Vida no Município de Araxá. Disponível em: <http://ipdsa.org.br/dados/licenca_ambiental/4/arquivo/lei_no_7.737%20Licenciamento%20Ambiental.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 2.547, de 22 de julho de 1992, e atualizações. Código de Posturas do Município de Araxá. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/3768>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 3.295, de 22 de setembro de 1997, e atualizações. Disciplina o plantio de árvores no Município de Araxá e dá outras providências. Disponível em: <https://sapl.araxa.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1997/2974/2974_texto_integral.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 3.567, de 22 de novembro de 1999, e atualizações. Dispõe sobre a colocação e permanência de caçambas de coleta de terra e entulho nas vias e logradouros públicos e dá outras providências. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/2042>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 4.292, de 01 de dezembro de 2003, e atualizações. Altera na íntegra a Lei 2401 de 28 de dezembro de 1.990 que dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano no Município de Araxá, e dá outras providências. Disponível em: <https://sapl.araxa.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2003/1247/lei_4292.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 4.766, de 19 de outubro de 2005, e atualizações. Dispõe sobre a instalação de Estação Rádio Base - ERB, no Município de Araxá e dá outras providências. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/35>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 6.342, de 15 de março de 2013, e atualizações. Dispõe sobre ruídos urbanos, proteção do bem-estar e do sossego público, e dá outras providências. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/7046>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 6.835, de 08 de abril de 2015, e atualizações. Dispõe sobre denominação de via pública – Rua Alaôr Martins Rosa. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/7602>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 7.031, de 06 de abril de 2016, e atualizações. Estabelece condições para o uso do solo. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/7826>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 7.549, de 10 de junho de 2021, e atualizações. Dispõe sobre a obrigatoriedade de alinhamento e retirada de fios, cabos e equipamentos excedentes, fixados em postes de energia elétrica ou assemelhados instalados em vias públicas municipais, fixa multa por descumprimento, e dá outras providências. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/8414>> Acesso em: 24 de janeiro de

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 7.737, de 16 de março de 2022, e atualizações. Dispõe sobre critérios e procedimentos destinados à atividade de licenciamento ambiental no Município de Araxá-MG, estabelece a Taxa de Licenciamento Ambiental (TLA), e dá outras providências. Disponível em: <http://ipdsa.org.br/dados/licenca_ambiental/4/arquivo/lei_no_7.737%20Licenciamento%20Ambiental.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 7.783, de 22 de abril de 2022, e atualizações. Institui o Plano Municipal de Gestão de Resíduos de Construção Civil no Município de Araxá e dá outras providências. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/8668>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Federal nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011, e atualizações. Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2914_12_12_2011.html> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 404, de 11 de novembro de 2008, e atualizações. Publicada no DOU nº 220, de 12 de novembro de 2008, Seção 1, página 93 Correlações: Revoga a Resolução CONAMA no 308/02 Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de aterro sanitário de pequeno porte de resíduos sólidos urbanos. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_urbanismo_e_meio_ambiente/legislacao/leg_federal/leg_fed_resolucoes/leg_fed_res_conama/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CONAMA-404-08-Aterros-Sanit%C3%A1rios.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 416, de 30 de setembro de 2009, e atualizações. Publicada no DOU Nº 188, de 01/10/2009, págs. 64-65. Revoga as Resoluções nº 258/ 1999 e nº 301/2002. Dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.ipaam.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/Conama-416-Destina%C3%A7%C3%A3o-de-pneus.pdf>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 420, de 28 de dezembro de 2009, e atualizações. Publicado no DOU nº 249, de 30/12/2009, págs. 81-84



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

Correlações: Alterada pela Resolução CONAMA nº 460/2013 (altera o prazo do art. 8º, e acrescenta novo parágrafo). Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas. Disponível em:

<<https://cetesb.sp.gov.br/areas-contaminadas/wp-content/uploads/sites/17/2017/09/resolucao-conama-420-2009-gerenciamento-de-acr.pdf>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 463, de 29 de julho de 2014, e atualizações. Publicada no DOU nº 144, de 30/07/2014, Seção 1, pág. 85. Revoga a Resolução CONAMA nº 314/2002. Dispõe sobre o controle ambiental de produtos destinados à remediação. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/remediadores/conama_463.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 467, de 16 de julho de 2015, e atualizações. Publicada no DOU nº 135, de 17 de julho de 2015, seção 1, pag. 70 a 71. Dispõe sobre critérios para a autorização de uso de produtos ou de agentes de processos físicos, químicos ou biológicos para o controle de organismos ou contaminantes em corpos hídricos superficiais e dá outras providências. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Resolucao/2015/res_conama_467_2015_disp%C3%B5e_crit%C3%A9rios_autoriza%C3%A7%C3%A3o_uso_produtos__agentes_processos_f%C3%ADsicos_qu%C3%ADmicos_biol%C3%B3gicos_controle_organismos_contaminantes_corpos_h%C3%ADdricos_superficiais.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 470, de 27 de agosto de 2015, e atualizações. Publicada no DOU nº 165, de 28 de agosto de 2015, pag. 95 a 97. Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental dos aeroportos regionais. Disponível em: <<https://moderniza.araguaina.to.gov.br/Arquivos/SistemaArquivos/11/TREAAEROPOROTOSCONAMA4702015.pdf>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 481, de 03 de outubro de 2017, e atualizações. Estabelece critérios e procedimentos para garantir o controle e a qualidade ambiental do processo de compostagem de resíduos orgânicos, e dá outras providências. Disponível em: <<https://agencia.baciaspcj.org.br/docs/resolucoes/resolucao-conama-481-17.pdf>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 484, de 22 de março de 2018, e atualizações. Altera a Resolução nº 474/2016. Altera a Resolução nº 474, de 6 de abril de 2016, que dispõe sobre procedimentos para inspeção de indústrias consumidoras ou transformadoras de produtos e subprodutos florestais madeireiros de origem nativa, bem como os respectivos padrões de coeficientes de rendimento volumétricos de madeira serrada. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&force=1&legislacao=138132>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 489, de 26 de outubro de 2018, e atualizações. Define as categorias de atividades ou empreendimentos e



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

estabelece critérios gerais para a autorização de uso e manejo, em cativeiro, da fauna silvestre e da fauna exótica. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/47542644/do1-2018-10-29-resolucao-n-489-de-26-de-outubro-de-2018-47542603> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 491, de 19 de novembro de 2018, e atualizações. Revoga a Resolução Conama nº 03/1990 e os itens 2.2.1 e 2.3 da Resolução Conama nº 05/1989 Dispõe sobre padrões de qualidade do ar. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51058895/do1-2018-11-21-resolucao-n-491-de-19-de-novembro-de-2018-51058603> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 495, de 11 de agosto de 2020, e atualizações. Altera as Resoluções nºs 406/2009 e 411/2009 Altera a Resolução 406, de 02 de fevereiro de 2009, que estabelece parâmetros técnicos a serem adotados na elaboração, apresentação, avaliação técnica e execução de Plano de Manejo Florestal Sustentável-PMFS com fins madeireiros, para florestas nativas e suas formas de sucessão no bioma Amazônia. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-495-de-19-de-agosto-de-2020-273215187>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 497, de 19 de agosto de 2020, e atualizações. Altera a Resolução nº 411/2009 Altera a Resolução nº 411, de 6 de maio de 2009, que dispõe sobre procedimentos para inspeção de indústrias consumidoras ou transformadoras de produtos e subprodutos florestais madeireiros de origem nativa, bem como os respectivos padrões de nomenclatura e coeficientes de rendimento volumétricos, inclusive carvão vegetal e resíduos de serraria. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-497-de-19-de-agosto-de-2020-273217612>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 498, de 19 de agosto de 2020, e atualizações. Revoga as Resoluções nºs 375/2006 e 380/2006. Define critérios e procedimentos para produção e aplicação de biossólido em solos, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.aenda.org.br/wp-content/uploads/2020/09/cir0991-anexo-res-498_conama_biossolido-nem-solos.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 503, de 14 de dezembro de 2021, e atualizações. Define critérios e procedimentos para o reuso em sistemas de fertirrigação de efluentes provenientes de indústrias de alimentos, bebidas, laticínios, frigoríficos e graxarias. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-conama-n-503-de-14-de-dezembro-de-2021-367783680>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e atualizações. Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente e suas alterações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e atualizações. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e suas alterações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 9 jan.



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e atualizações. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. E suas alterações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e atualizações. Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com ênfase em Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais e Estaduais. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, e atualizações. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11445.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e atualizações. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e suas alterações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 305 - RECEPCIONISTA

Atendimento ao público, atendimento telefônico, identificação e classificação de correspondência, atitudes e comportamentos adequados, práticas de relacionamento interpessoal, elaboração de correspondências e ofícios, práticas e comportamentos higiênicos, de conduta, apresentação pessoal e etiqueta. Organização do local de trabalho. Definição de materiais, controle de estoque e patrimônio. Controle de agenda e protocolos. Práticas de atendimento ao cliente, acompanhante e a criança e ao adolescente. Manual de orientações técnicas de Acolhimento Institucional. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Advocacia-Geral da União. Cartilha de Excelência no Atendimento e Boas Práticas na PGU. Disponível em <<http://pdi.ifsc.edu.br/wp-content/blogs.dir/2/files/Cartilha-de-Excel%C3%A2ncia-no-Atendimento-e-de-Boas-Pr%C3%A1ticas-na-PGU.pdf>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Instituto Federal Paraná. PRONATEC: Recepcionista. Disponível em: <<http://pronatec.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2012/07/rec1.pdf>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. 2ª ed. Disponível em:



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

<https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-alcolhimento.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

COMO SER UMA BOA RECEPCIONISTA. Disponível em <<https://pt.wikihow.com/Ser-uma-Boa-Recepcionista>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

MIRANDA, K. Técnicas em Secretariado. Disponível em <<https://docplayer.com.br/3138068-Tecnicas-em-secretariado-profa-katia-j-de-miranda.html>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

NOÇÕES DE PROTOCLO E TÉCNICAS DE ARQUIVO. Disponível em <<http://amelhorturmadosesi.blogspot.com/2017/08/nocoos-de-protocolo-e-tecnicas-de.html>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

PARANÁ. Universidade Federal do Paraná - UFPR. Manual de atendimento ao Público. Disponível em: <https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/0_43512400_1476995550.pdf>. Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

SOUZA, J. P. Vida de um recepcionista: Comunicação Atendimento ao Público, Comportamento e Profissionalismo. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/vida-de-um-recepcionista-comunicacao-atendimento-ao-publico-comportamento-e-profissionalismo/94187/>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 401 - TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

Leitura e interpretação de projetos arquitetônico, estrutural, de instalações prediais e de obras complementares. Sistema de Gestão da Qualidade. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Materiais de Construção – agregados, cimento, alvenarias, revestimentos, telhado, pintura, impermeabilização, instalações prediais (hidráulicas, sanitárias e elétricas) e serviços complementares. Acompanhamento de obras – execução. Concreto - Controle tecnológico dos materiais e serviços. Estruturas de Concreto - formas, escoramento, armaduras, concretagem e cura. Fundações superficiais e profundas - tipos, sondagem, execução e controle. Terraplenagem - movimentação de terra, drenagem, arruamento e pavimentação. Serviços topográficos - Execução e controle. Noções de desenho digital (AUTOCAD). E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

REFERÊNCIAS:

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 3.137, de 03 de julho de 1996, e atualizações. Institui o Código de Edificações no Município de Araxá, e dá outras providências. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/7195>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 2.547, de 22 de julho de 1992, e atualizações. Código de Posturas do Município de Araxá. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/3768>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 4.292, de 01 de dezembro de 2003, e atualizações. Altera na íntegra a Lei 2401 de 28 de dezembro de 1.990 que dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano no Município de Araxá, e dá outras providências. Disponível em:



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

<https://sapl.araxa.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2003/1247/lei_4292.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 4.784, de 20 de dezembro de 2005, e atualizações. Dispõe sobre o Plano Plurianual para período 2006/2009. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/19>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 4.875, de 12 de abril de 2006, e atualizações. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano no Município de Araxá. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/329>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 5.998, de 20 de junho de 2011, e atualizações. Dispõe sobre Plano Diretor Estratégico, o sistema e o processo de planejamento e gestão do desenvolvimento urbano do Município de Araxá. Disponível em: <https://sapl.araxa.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2011/6671/6671_texto_integral.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6118:2014 - Projeto de estruturas de concreto - Procedimento - Esta Norma estabelece os requisitos básicos exigíveis para o projeto de estruturas de concreto.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6122:2010 - Projeto e execução de fundações - Esta Norma estabelece os requisitos a serem observados no projeto e execução de fundações de todas as estruturas da engenharia civil.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 7211:2009 - Agregados para concreto - Especificação - Esta Norma especifica os requisitos exigíveis para recepção e produção dos agregados miúdos e graúdos destinados à produção de concretos de cimento Portland.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 7212:2012 - Execução de concreto dosado em central - Procedimento - Esta Norma estabelece os requisitos para a execução de concreto dosado em central e inclui as operações de armazenamento dos materiais, dosagem, mistura, transporte, recebimento, controle de qualidade e inspeção, incluindo critérios de aceitação e rejeição do controle interno da central de concreto. Esta Norma não abrange as operações subsequentes à entrega e recebimento do concreto fresco. Esta Norma aplica-se também, no que couber, aos casos em que a executante da obra dispõe de central de concreto.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 9050:2020. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT. Versão corrigida 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 14931:2004 - Execução de estruturas de concreto - Procedimento - Esta Norma estabelece os requisitos gerais para a execução de estruturas de concreto. Em particular, esta Norma define requisitos detalhados para a execução de obras de concreto, cujos projetos foram elaborados de acordo com a ABNT NBR 6118.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 16636-1:2017 - Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos.



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 16697:2018. Cimento Portland – Requisitos. Esta Norma fixa as condições exigíveis no recebimento dos cimentos Portland comuns (CPI e CPI-S), de classes 25,32 e 40.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 9000. Sistemas de gestão da qualidade – Fundamentos e vocabulário. Rio de Janeiro: ABNT. 3ª ed. 2015.

BAUER, L. A. F. Materiais de Construção. Vol. 1 e 2. São Paulo: LTC. 5ª ed. revisada, 2000.

BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT. Manual de Pavimentação, 2006. Disponível em:

<http://www1.dnit.gov.br/arquivos_internet/ipr/ipr_new/manuais/Manual%20de%20Pavimenta%E7%E3o_05.12.06.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

CHING, F. D. K. Técnicas de construção ilustradas. Ed. Bookman, 2010.

MINAS GERAIS. Departamento de Edificações e Estradas e Rodagem – DER-MG. Manual de Fiscalização de Obras em Vias Rurais, 2008. Disponível em: <www.deer.mg.gov.br/files/77/.../Manual-de-Fiscalizacao-de-Obras-em-Vias-Rurais.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2023

MOTA, N. A. VALLE, R. M. do. Apostila de Autocad – Modelo Básico. Juiz de Fora: UFJF, 2011.

Disponível em: <<http://www.ufjf.br/petcivil/files/2009/02/Autocad-apostila.pdf>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

SARAPKA, E. M. Desenho arquitetônico básico. PINI, 2009.

VEIGA, L. A. K.; ZANETTI, M. A. Z.; FAGGION, P. L. Fundamentos de topografia. Universidade Federal do Paraná, 2012.

YAZIGI, W. A Técnica de Edificar - PINI, 2009.

ENSINO SUPERIOR

PORTUGUÊS

Compreensão e interpretação de textos. Gêneros e tipos de texto. Articulação textual: operadores sequenciais, expressões referenciais. Coesão e coerência textual. Identificação, definição, classificação, flexão e emprego das classes de palavras; formação de palavras. Verbos: flexão, conjugação, vozes, correlação entre tempos e modos verbais. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Colocação pronominal. Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos. Acentuação gráfica. Ortografia. Pontuação. Variação linguística. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas nesse programa.

REFERÊNCIAS:

BECHARA, E. Gramática escolar da língua portuguesa. 2ª ed. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

CIPRO NETO, P.; INFANTE, U. Gramática da Língua Portuguesa. 3ª ed. São Paulo: Scipione, 2008.



CUNHA, C.; CINTRA, L. A Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.

FERNANDES, F. Dicionário de verbos e regimes. 39ª ed. Porto Alegre: Globo, 2002.

FIORIN, J. L. Lições de texto, leitura e redação. São Paulo: Ática, 2003.

GARCIA, O. M. Comunicação em Prosa Moderna. 27ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.

NEVES, M. H. de M. Guia de uso do português: confrontando regras e usos. 2ª ed. São Paulo: Unesp, 2012.

SACCONI, L. A. Nossa Gramática Completa. 31ª ed. São Paulo: Nova Geração, 2011.

SILVA, M. O Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa: o que muda e o que não muda. São Paulo: Contexto, 2011.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Sistemas de Backup: Tipos de *backup*. Planos de contingência. Meios de armazenamento para *backups*.
Sistemas operacionais: conhecimentos do ambiente *Windows*. *Windows 10*: operações com janelas, menus, barra de tarefas, área de trabalho; trabalho com pastas e arquivos: localização de arquivos e pastas; movimentação e cópia de arquivos e pastas; tipos de arquivos e extensões; criação, renomeação e exclusão de arquivos e pastas; configurações básicas do *Windows*: resolução da tela, cores, fontes, impressoras, aparência, segundo plano, protetor de tela; *Windows Explorer*. **Editor de texto Microsoft Word 2016 e superior:** criação, edição, formatação e impressão; criação e manipulação de tabelas; inserção e formatação de gráficos e figuras; geração de mala direta. **Planilha eletrônica Microsoft Excel 2016 e superior:** criação, edição, formatação e impressão; utilização de fórmulas; geração de gráficos; classificação e organização de dados. **Software de Apresentações PowerPoint 2016 e superior:** criação, edição, formatação e impressão das apresentações. **Conhecimentos de internet:** noções básicas; correio eletrônico (receber e enviar mensagens; anexos; catálogos de endereço; organização das mensagens); navegadores (*Internet Explorer*, *Google Chrome*, *Mozilla Firefox* e *Microsoft Edge*). **Noções de rede de computadores:** conceitos e serviços relacionados à *Internet*, tecnologias e protocolos da *internet*, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à *internet/intranet*. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa desse conteúdo. **Hardware e Software:** Fundamentos de computação: Conceitos de *hardware* e *software*. Organização e arquitetura de computadores. Componentes de um computador (*hardware* e *software*). Conceitos de segurança da informação, noções básicas de segurança da informação. Políticas de Segurança da Informação. Classificação da informação, segurança física e segurança lógica. Análise e gerenciamento de riscos. Ameaça, tipos de ataques e vulnerabilidade. Ataques e proteções relativos a hardware, sistemas operacionais, aplicações, bancos de dados e redes. **Rede Sociais:** conceitos e características, vantagens e desvantagens. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa desse conteúdo.

REFERÊNCIAS:



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

CENTRO DE ESTUDOS, RESPOSTA E TRATAMENTO DE INCIDENTES DE SEGURANÇA NO BRASIL – CERT. Cartilha de segurança para *internet*. Disponível em: <<http://cartilha.cert.br/>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

FOROUZAN, B. A.; MOSHARRAF, F. Redes de computadores: uma abordagem *top-down*. Porto Alegre: AMGH, 2013.

Manuais On-line do Microsoft Excel. Disponível em: <<https://support.office.com/pt-BR/Excel>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

Manuais On-line do Microsoft Word. Disponível em: <<https://support.office.com/pt-BR/Word>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

Manuais On-line do Microsoft PowerPoint. Disponível em: <<https://support.office.com/pt-BR/PowerPoint>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

Manuais On-line do Sistema Operacional Windows. Disponível em: <<https://support.microsoft.com/pt-br>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

Manuais On-line do Google Chrome. Disponível em: <<https://support.google.com/chrome>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

Manuais On-line do Mozilla Firefox. Disponível em: <<https://support.mozilla.org/pt-BR/products/firefox>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

Manuais On-line do Microsoft Edge. Disponível em: <<https://support.microsoft.com/>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

MANZANO, A. L. N. G. Estudo dirigido de *Windows 10 Home*. São Paulo: Érica, 2016.

OK CONCURSOS. Informática para Concursos. Disponível em: <<https://www.okconcursos.com.br/apostilas/apostila-gratis/130-informatica-para-concursos>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

TODA MATERIA. Informática. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/informatica/>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

CONHECIMENTOS GERAIS

Cultura Geral: Fatos Políticos econômicos e sociais do Brasil e do Mundo ocorridos nos anos de 2018 a 2023 divulgados na mídia nacional e internacional. Conhecimentos Gerais e Atualidades: aspectos geográficos, históricos, físicos, econômicos, sociais, políticos e estatísticos do Brasil, do Estado e do Município. Noções de cidadania. Símbolos nacionais, estaduais e municipais. Atualidades nos assuntos relacionados com economia, ecologia, ecossistemas, história, política, meio ambiente, justiça, segurança pública, saúde, cultura, religião, qualidade de vida, esportes, turismo, georreferenciamento, inovações tecnológicas e científicas, do Município, do Estado, do Brasil e do mundo. Ética: conceito, ética na sociedade e ética no trabalho. Notícias em geral da atualidade. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa desse conteúdo.



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

REFERÊNCIAS:

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Símbolos do Município. Disponível em:

<<https://www.araxa.mg.leg.br/institucional/simbolos-do-municipio>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Araxá. História do IPDSA - A

criação do IPDSA. Disponível em: <<http://ipdsa.org.br/menu/link/108/historia-do-ipdsa>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Araxá. Plano Diretor - Uma estratégia de Desenvolvimento. Histórico do Plano Diretor de Araxá. Disponível em:

<<http://ipdsa.org.br/menu/link/7/o-plano>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BIOLOGIANET. Ecologia e Ecossistemas. Disponível em:

<<https://www.biologianet.com/ecologia/ecossistema.htm>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Símbolos nacionais. Disponível em:

<<http://www2.planalto.gov.br/conheca-a-presidencia/acervo/simbolos-nacionais/simbolos-nacionais-1>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Atlas Geográfico Escolar.

Disponível em: <<http://atlascolar.ibge.gov.br/>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. História de Araxá. Disponível

em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/araxa/historico>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Panorama. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/araxa/panorama>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

INTERNET: *Sites* de revistas e de jornais citados anteriormente e de atualidades (Google Notícias, Congresso em Foco, UAI, UOL, Terra, Globo (G1), R7 e similares) e Guias de Bairros e Localizações.

JORNAIS: Jornal Estado de Minas, Folha de São Paulo, Brasil de Fato.

REVISTAS: Veja, Época, Exame, Isto É.

TODA MATERIA. FILOSOFIA: Ética. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/etica/>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

TODA MATERIA. SOCIOLOGIA: Cidadania. Disponível em:

<<https://www.todamateria.com.br/cidadania/>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

LEGISLAÇÃO

Noções de Direito Constitucional: Constituição brasileira: Título I - Dos Princípios Fundamentais. Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais: do art. 5º ao art. 13. Título III - Da Organização do Estado: Capítulo IV - Dos Municípios - art. 29, 29-A, 30, 31 e Capítulo VII - Da Administração Pública – art. 37, 38 e 39. Poderes Administrativos (Poder vinculado, discricionário, hierárquico, de polícia, disciplinar, regulamentar etc.). Legislações de Licitação. Educação Ambiental. Política Nacional de Meio Ambiente. Legislações Ambientais do Município, do Estado e da União. Legislação Municipal de Licenciamento Ambiental. Plano Diretor. Acesso à Informação. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa desse conteúdo.

REFERÊNCIAS:

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Orgânica do Município de Araxá, de 21 de março de 1990, e atualizações. Lei Orgânica Município de Araxá atualizada em agosto 2011. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/3>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 1.939, de 02 de janeiro de 1985, e atualizações. Estabelece normas para Controle do Meio Ambiente e dá outras providências. Disponível em: <https://sapl.araxa.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1990/910/910_texto_integral.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 2.371, de 19 de outubro de 1990, e atualizações. Dispõe sobre a Política de Proteção ao Controle e da Conservação do Meio Ambiente e da Melhoria da Qualidade de Vida no Município de Araxá. Disponível em: <[http://ipdsa.org.br/dados/licenca_ambiental/4/arquivo/lei_no_7.737%20Licenciamento%20Ambiental.p](http://ipdsa.org.br/dados/licenca_ambiental/4/arquivo/lei_no_7.737%20Licenciamento%20Ambiental.pdf)df> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 5.998, de 20 de junho de 2011, e atualizações. Dispõe sobre Plano Diretor Estratégico, o sistema e o processo de planejamento e gestão do desenvolvimento urbano do Município de Araxá. Disponível em: <https://sapl.araxa.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2011/6671/6671_texto_integral.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 7.737, de 16 de março de 2022, e atualizações. Dispõe sobre critérios e procedimentos destinados à atividade de licenciamento ambiental no Município de Araxá-MG, estabelece a Taxa de Licenciamento Ambiental (TLA), e dá outras providências. Disponível em: <[http://ipdsa.org.br/dados/licenca_ambiental/4/arquivo/lei_no_7.737%20Licenciamento%20Ambiental.p](http://ipdsa.org.br/dados/licenca_ambiental/4/arquivo/lei_no_7.737%20Licenciamento%20Ambiental.pdf)df> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 7.836, de 30 de junho de 2022, e atualizações. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Araxá e institui o regime jurídico dos servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Araxá e dá outras providências. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/8697>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e atualizações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, e atualizações. Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp140.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e atualizações. Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente e suas alterações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e atualizações. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm> Acesso: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e atualizações. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. E suas alterações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e atualizações.

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm> Acesso: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e atualizações. República Federativa do Brasil. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em:

<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.133-de-1-de-abril-de-2021-311876884>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

CARVALHO, M. Manual de Direito Administrativo. 7ª ed. Bahia: Editora JusPODIVM 2020.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Decreto Estadual nº 45.969, de 24 de maio de 2012, e atualizações. Regulamenta o acesso à informação no âmbito do Poder Executivo. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45969&ano=2012>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

MINAS GERAIS. Governo do Estado de Minas Gerais. Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018, e atualizações. Estabelece normas para licenciamento ambiental, tipifica e classifica infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos e estabelece procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades. Disponível em:
<<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=45918>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

MINAS GERAIS. Governo do Estado de Minas Gerais. Decreto Estadual nº 47.749, de 11 de novembro de 2019, e atualizações. Dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental e sobre a produção florestal no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em:
<<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=50061>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

MINAS GERAIS. Governo do Estado de Minas Gerais. Decreto Estadual nº 47.838, de 09 de janeiro de 2020, e atualizações. Dispõe sobre a tipificação e classificação das infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos aplicáveis às atividades agrossilvipastoris e agroindustrial de pequeno porte e dá outras providências. Disponível em:
<<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=50584#:~:text=DECRETA%3A,e%20agroindustrial%20de%20pequeno%20porte>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

MINAS GERAIS. Governo do Estado de Minas Gerais. Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, e atualizações. Dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado. Disponível em:
<<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=30375>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 501 - AGENTE DE CONTROLE INTERNO

Noções de Direito Administrativo: Princípios da Administração Pública. Poderes administrativos. Ato administrativo. Licitação. Lei Federal nº 14.133/2021. Auditoria Governamental: Conceito e evolução. Auditoria Interna e Externa. Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público – NBASP. Auditoria Financeira, Operacional e de Conformidade. Planejamento de auditoria. Determinação de escopo. Matriz de Planejamento. Execução de Auditoria. Técnicas e procedimentos: exame documental, inspeção física, conferência de cálculos, observação, entrevista, circularização, conciliações, análise de contas contábeis, revisão analítica. Administração Financeira e Orçamentária: Orçamento Público: conceitos, tipos, técnicas de elaboração e princípios; Instrumentos de Planejamento na Constituição de 1988: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual; O ciclo orçamentário: etapas e processo; Receita Pública: conceitos, classificações, estágios, regime de contabilização e Dívida Ativa; Despesa Pública: conceitos, classificações, estágios, regime de contabilização, restos a pagar; Créditos Adicionais. Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Federal Complementar nº 101/2000. Lei Federal nº 4.320/1964. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, M. C. Auditoria: abordagem moderna e completa / Marcelo Cavalcanti Almeida. 9ª ed. 2. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2019.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 7.634, de 29 de setembro de 2021, e atualizações. Dispõe sobre a obrigatoriedade da prestação de contas sobre responsabilidade social e ambiental de empresas estabelecidas em Araxá/MG, cujas atividades impactam o meio ambiente, e dá outras



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

- providências. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/8511>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- ATTIE, W. Auditoria: conceitos e aplicações / William Attie. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- BOYNTON, W. C.; JOHNSON, R. N.; KELL, W. G. Auditoria. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988, e atualizações. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e atualizações. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF, 23 mar. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e atualizações. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 maio 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e atualizações. República Federativa do Brasil. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.133-de-1-de-abril-de-2021-311876884>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Normas Brasileiras de Contabilidade de auditoria Independente de Informação Contábil Histórica. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- BRITO, Claudenir; FONTENELLE, Rodrigo. Auditoria privada e governamental. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- GIACOMONI, J. Orçamento público. James Giacomoni. 17ª ed. revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2017.
- CRUZ, F.da; GLOCK, J. O. Controle Interno nos Municípios: orientação para a implantação e relacionamento com os Tribunais de Contas. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 986/2003, e atualizações. Aprova a NBC TI 01 - Da Auditoria Interna (Alteração pela Resolução CFC n.º 1.329/11)
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras. NBC TA 200–Objetivos gerais do auditor independente e a condução de uma auditoria em conformidade com normas de auditoria. (2009).
- SILVA, M. M. da. Curso de auditoria governamental: de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria Pública aprovadas pela INTOSAI. São Paulo: Atlas, 2012.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 502 - ANALISTA AMBIENTAL - BIÓLOGO

Noções de Ecologia. Ciclos Biogeoquímicos e Poluição Ambiental. Gerenciamento de resíduo sólido: conceitos, caracterização, aspectos ambientais e epidemiológicos, geração, métodos de disposição final e tratamento. Planos de Gerenciamento de Resíduos. Sistemas de Tratamento de Esgotos: Conceitos básicos, Características do esgoto doméstico, Sistemas de Tratamento, Gestão e Disposição de Efluentes e lodos. Sistemas de Abastecimento de água: Conceitos básicos, características químicas, físicas e biológicas de água superficial e subterrânea, Concepções de Estações de Tratamento de água para consumo humano, qualidade da água para consumo humano – Portaria nº 2914/2011 do Ministério da Saúde, Vigilância Sanitária. Avaliação de Efluentes industriais. Educação ambiental: Fundamentos da questão ambiental, Política de Educação ambiental nas escolas e na comunidade, sociedade sustentável. Gestão Ambiental: Avaliação de Impacto Ambiental. Noções de Metodologias de Avaliação de Impactos Ambientais, Processo de Licenciamento Ambiental: Análise da competência do Licenciamento Prévio, EIA/RIMA e RIA Licença Prévia, Licença de Instalação, Licença de Operação, Autos de infração e Termo de Ajustamento de Conduta. Legislações Ambientais Nacionais: Lei de crime ambiental; Política Nacional de recursos Hídricos – Lei nº 9.433/97; Política Nacional de Saneamento Básico – Lei Federal nº 11.445/07; Política nacional de resíduos Sólidos – Lei Federal nº 12.305/10. Política Nacional de Educação Ambiental – Lei Federal nº 9795/99; Licenciamento Ambiental: Lei Federal nº 6.938/81. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - Lei Federal nº 9.985/2000; Resoluções CONAMA: nº 001/86; nº 237/97; nº 274/00; nº 357/05, nº 430/11, nº 01/90, nº 02/93; nº 05/89; nº 03/90, nº 382/06; nº 358/05; nº 307/02; nº 448/12; nº 431/11; nº 362/05; nº 420/09; nº 469/15. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

REFERÊNCIAS:

- ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 2.547, de 22 de julho de 1992, e atualizações. Código de Posturas do Município de Araxá. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/3768>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 3.567, de 22 de novembro de 1999, e atualizações. Dispõe sobre a colocação e permanência de caçambas de coleta de terra e entulho nas vias e logradouros públicos e dá outras providências. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/2042>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 4.292, de 01 de dezembro de 2003, e atualizações. Altera na íntegra a Lei 2401 de 28 de dezembro de 1.990 que dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano no Município de Araxá, e dá outras providências. Disponível em: <https://sapl.araxa.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2003/1247/lei_4292.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 4.766, de 19 de outubro de 2005, e atualizações. Dispõe sobre a instalação de Estação Rádio Base - ERB, no Município de Araxá e dá outras providências. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/35>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 6.835, de 08 de abril de 2015, e atualizações. Dispõe sobre denominação de via pública – Rua Alaôr Martins Rosa. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/7602>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 7.031, de 06 de abril de 2016, e atualizações. Estabelece condições para o uso do solo. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/7826>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 7.283, de 10 de agosto de 2018, e atualizações. Dispõe sobre descarte, o recolhimento e a destinação de medicamentos de uso humano e veterinário, vencidos como proteção ao meio ambiente e a saúde pública do Município de Araxá. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/8121>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 7.549, de 10 de junho de 2021, e atualizações. Dispõe sobre a obrigatoriedade de alinhamento e retirada de fios, cabos e equipamentos excedentes, fixados em postes de energia elétrica ou assemelhados instalados em vias públicas municipais, fixa multa por descumprimento, e dá outras providências. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/8414>> Acesso em: 24 de janeiro de

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 7.570, de 08 de julho de 2021, e atualizações. Dispõe sobre a proibição de descarte de gorduras e óleos de origem animal e vegetal na rede de esgoto e pluvial ou junto ao meio ambiente, e institui o Programa Municipal de Coleta e Reciclagem de Gorduras e Óleos de Uso Culinário e seus resíduos no âmbito do Município de Araxá/MG, e dá outras providências. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/8447>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 7.737, de 16 de março de 2022, e atualizações. Dispõe sobre critérios e procedimentos destinados à atividade de licenciamento ambiental no Município de Araxá-MG, estabelece a Taxa de Licenciamento Ambiental (TLA), e dá outras providências. Disponível em: <http://ipdsa.org.br/dados/licenca_ambiental/4/arquivo/lei_no_7.737%20Licenciamento%20Ambiental.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 7.783, de 22 de abril de 2022, e atualizações. Institui o Plano Municipal de Gestão de Resíduos de Construção Civil no Município de Araxá e dá outras providências. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/8668>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011. Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2914_12_12_2011.html> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano.cfm?codlegitipo=3>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 11.445, de 05 de Janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Disponível em:



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e suas alterações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente e suas alterações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e suas alterações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 9 jan 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. E suas alterações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com ênfase em Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais e Estaduais. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM. Deliberação Normativa COPAM nº 213, de 22 de fevereiro de 2017. Regulamenta o disposto no art. 9º, inciso XIV, alínea “a” e no art. 18, § 2º da Lei Complementar Federal nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para estabelecer as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será atribuição dos Municípios. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=43778>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM. Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 06 de dezembro de 2017. Estabelece critérios para classificação, segundo o porte e potencial poluidor, bem como os critérios locacionais a serem utilizados para definição das modalidades de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=45558>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

503 - ANALISTA AMBIENTAL - ENGENHEIRO AMBIENTAL

Fundamentos de tecnologia ambiental. Noções gerais de ecologia. Conceito de Desenvolvimento Sustentável. Aspectos e impactos ambientais. Fluxos e balanços de massa e energia. Química ambiental. Poluição das águas. Parâmetros de qualidade das águas e de efluentes líquidos. Dispersão de poluentes no meio aquático. Tratamentos físicos, físico-químicos e biológicos. Gerenciamento de efluentes industriais e domésticos. Poluição do ar. Parâmetros de qualidade do ar e de emissões atmosféricas. Dispersão de poluentes no ar. Remoção de material particulado, de gases e vapores. Poluição do solo. Caracterização e uso do solo.



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

Caracterização dos resíduos sólidos. Gerenciamento de resíduos sólidos. Conservação de ecossistemas aquáticos e terrestres. Manejo e proteção de biomas. Gestão de florestas públicas. Unidades de conservação. Licenciamento ambiental. Definições e fases do licenciamento. Levantamento e avaliação de impactos ambientais. Ferramentas de gestão ambiental. Proteção e controle da qualidade ambiental. Inspeção e monitoramento ambiental. Compras públicas sustentáveis. Legislação ambiental. Normas. Políticas públicas afetas à regulação, gestão e ordenamento do uso e acesso aos recursos ambientais e melhoria da qualidade ambiental e uso sustentável dos recursos naturais. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

REFERÊNCIAS:

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 2.547, de 22 de julho de 1992, e atualizações. Código de Posturas do Município de Araxá. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/3768>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 3.567, de 22 de novembro de 1999, e atualizações. Dispõe sobre a colocação e permanência de caçambas de coleta de terra e entulho nas vias e logradouros públicos e dá outras providências. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/2042>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 4.292, de 01 de dezembro de 2003, e atualizações. Altera na íntegra a Lei 2401 de 28 de dezembro de 1.990 que dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano no Município de Araxá, e dá outras providências. Disponível em: <https://sapl.araxa.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2003/1247/lei_4292.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 4.766, de 19 de outubro de 2005, e atualizações. Dispõe sobre a instalação de Estação Rádio Base - ERB, no Município de Araxá e dá outras providências. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/35>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 6.835, de 08 de abril de 2015, e atualizações. Dispõe sobre denominação de via pública – Rua Alaôr Martins Rosa. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/7602>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 7.031, de 06 de abril de 2016, e atualizações. Estabelece condições para o uso do solo. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/7826>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 7.549, de 10 de junho de 2021, e atualizações. Dispõe sobre a obrigatoriedade de alinhamento e retirada de fios, cabos e equipamentos excedentes, fixados em postes de energia elétrica ou semelhantes instalados em vias públicas municipais, fixa multa por descumprimento, e dá outras providências. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/8414>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 7.783, de 22 de abril de 2022, e atualizações. Institui o Plano Municipal de Gestão de Resíduos de Construção Civil no Município de Araxá e dá outras providências. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/8668>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

BAIRD, C.; CANN, M. Química ambiental. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

BARROS, R. T. V. *et al.* Manual de saneamento e proteção ambiental para apoio aos Municípios. Belo Horizonte: DESA/UFGM/FEAM, 1995.

BRAGA, B. *et al.* Introdução à engenharia ambiental: o desafio do desenvolvimento sustentável. São Paulo: Pearson, 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Instruções Normativas. Legislação. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano.cfm?codlegitipo=14>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 404, de 11 de novembro de 2008, e atualizações. Publicada no DOU nº 220, de 12 de novembro de 2008, Seção 1, página 93 Correlações: Revoga a Resolução CONAMA no 308/02 Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de aterro sanitário de pequeno porte de resíduos sólidos urbanos. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_urbanismo_e_meio_ambiente/legislacao/leg_federal/leg_fed_resolucoes/leg_fed_res_conama/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CONAMA-404-08-Aterros-Sanit%C3%A1rios.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 416, de 30 de setembro de 2009, e atualizações. Publicada no DOU Nº 188, de 01/10/2009, págs. 64-65. Revoga as Resoluções nº 258/ 1999 e nº 301/2002. Dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.ipaam.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/Conama-416-Destina%C3%A7%C3%A3o-de-pneus.pdf>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 420, de 28 de dezembro de 2009, e atualizações. Publicado no DOU nº 249, de 30/12/2009, págs. 81-84 Correlações: Alterada pela Resolução CONAMA nº 460/2013 (altera o prazo do art. 8º, e acrescenta novo parágrafo). Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas. Disponível em: <<https://cetesb.sp.gov.br/areas-contaminadas/wp-content/uploads/sites/17/2017/09/resolucao-conama-420-2009-gerenciamento-de-acs.pdf>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 463, de 29 de julho de 2014, e atualizações. Publicada no DOU nº 144, de 30/07/2014, Seção 1, pág. 85. Revoga a Resolução CONAMA nº 314/2002. Dispõe sobre o controle ambiental de produtos destinados à remediação. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/remediadores/conama_463.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 467, de 16 de julho de 2015, e atualizações. Publicada no DOU nº 135, de 17 de julho de 2015, seção 1, pag. 70 a 71. Dispõe sobre critérios para a autorização de uso de produtos ou de agentes de processos físicos, químicos ou biológicos para o controle de organismos ou contaminantes em corpos hídricos



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

superficiais e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Resolucao/2015/res_conama_467_2015_disp%C3%B5e_crit%C3%A9rios_autoriza%C3%A7%C3%A3o_uso_produtos__agentes_processos_f%C3%ADsicos_qu%C3%ADmicos_biol%C3%B3gicos_controle_organismos_contaminantes_corpos_h%C3%ADricos_superficiais.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 470, de 27 de agosto de 2015, e atualizações. Publicada no DOU nº 165, de 28 de agosto de 2015, pag. 95 a 97. Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental dos aeroportos regionais. Disponível em:

<<https://moderniza.araguaina.to.gov.br/Arquivos/SistemaArquivos/11/TREAAEROPOROTOSCONAMA4702015.pdf>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 481, de 03 de outubro de 2017, e atualizações. Estabelece critérios e procedimentos para garantir o controle e a qualidade ambiental do processo de compostagem de resíduos orgânicos, e dá outras providências. Disponível em: <<https://agencia.baciaspcj.org.br/docs/resolucoes/resolucao-conama-481-17.pdf>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 484, de 22 de março de 2018, e atualizações. Altera a Resolução nº 474/2016. Altera a Resolução nº 474, de 6 de abril de 2016, que dispõe sobre procedimentos para inspeção de indústrias consumidoras ou transformadoras de produtos e subprodutos florestais madeireiros de origem nativa, bem como os respectivos padrões de coeficientes de rendimento volumétricos de madeira serrada. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&force=1&legislacao=138132>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 489, de 26 de outubro de 2018, e atualizações. Define as categorias de atividades ou empreendimentos e estabelece critérios gerais para a autorização de uso e manejo, em cativeiro, da fauna silvestre e da fauna exótica. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/47542644/do1-2018-10-29-resolucao-n-489-de-26-de-outubro-de-2018-47542603> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 491, de 19 de novembro de 2018, e atualizações. Revoga a Resolução Conama nº 03/1990 e os itens 2.2.1 e 2.3 da Resolução Conama nº 05/1989 Dispõe sobre padrões de qualidade do ar. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51058895/do1-2018-11-21-resolucao-n-491-de-19-de-novembro-de-2018-51058603> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 495, de 11 de agosto de 2020, e atualizações. Altera as Resoluções nºs 406/2009 e 411/2009 Altera a Resolução 406, de 02 de fevereiro de 2009, que estabelece parâmetros técnicos a serem adotados na elaboração, apresentação, avaliação técnica e execução de Plano de Manejo Florestal Sustentável-PMFS com fins madeireiros, para florestas nativas e suas formas de sucessão no bioma Amazônia. Disponível



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-495-de-19-de-agosto-de-2020-273215187>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 497, de 19 de agosto de 2020, e atualizações. Altera a Resolução nº 411/2009 Altera a Resolução nº 411, de 6 de maio de 2009, que dispõe sobre procedimentos para inspeção de indústrias consumidoras ou transformadoras de produtos e subprodutos florestais madeireiros de origem nativa, bem como os respectivos padrões de nomenclatura e coeficientes de rendimento volumétricos, inclusive carvão vegetal e resíduos de serraria. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-497-de-19-de-agosto-de-2020-273217612>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 498, de 19 de agosto de 2020, e atualizações. Revoga as Resoluções nºs 375/2006 e 380/2006. Define critérios e procedimentos para produção e aplicação de biossólido em solos, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.aenda.org.br/wp-content/uploads/2020/09/cir0991-anexo-res-498_conama_biossólido-nem-solos.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 503, de 14 de dezembro de 2021, e atualizações. Define critérios e procedimentos para o reúso em sistemas de fertirrigação de efluentes provenientes de indústrias de alimentos, bebidas, laticínios, frigoríficos e graxarias. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-conama-n-503-de-14-de-dezembro-de-2021-367783680>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e atualizações. Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente e suas alterações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, e atualizações. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e suas alterações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 9 jan. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e atualizações. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. E suas atualizações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 13 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e atualizações. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. E suas alterações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e atualizações. Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com ênfase em Unidades de Conservação de Uso



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

Sustentável Federais e Estaduais. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 11.284, de 02 de março de 2006, e atualizações. Gestão de Florestas Públicas para a Produção Sustentável; e institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDP e suas atualizações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 3 mar. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111284.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, e atualizações. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e suas alterações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e atualizações. Código Florestal Brasileiro e suas alterações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 28 maio 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

CALIJURI, M. do C.; CUNHA, D. G. F. Engenharia ambiental: conceitos, tecnologia e gestão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

CARVALHO, J. de L.; PICARELLI, S. B. N.; Manual Procura⁺: um guia para implementação de compras públicas sustentáveis. 3ª ed. São Paulo: ICLEI Brasil, 2015. Disponível em: <https://e-lib.iclei.org/wp-content/uploads/2018/10/Manual_Procura_BR_final.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – CETESB. Resíduos sólidos industriais. São Paulo: CETESB, 1992.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS – IPT. Compromisso Empresarial para Reciclagem – CEMPRE. Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado. 2ª ed. São Paulo: IPT; CEMPRE, 2000.

LIBÂNIO, M. Fundamentos de qualidade e tratamento de água. Campinas: Átomo, 2010.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM. Deliberação Normativa COPAM nº 213, de 22 de fevereiro de 2017. Regulamenta o disposto no art. 9º, inciso XIV, alínea “a” e no art. 18, § 2º da Lei Complementar Federal nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para estabelecer as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será atribuição dos Municípios. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=43778>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM. Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 06 de dezembro de 2017. Estabelece critérios para classificação, segundo o porte e potencial poluidor, bem como os critérios locais a serem utilizados para definição das modalidades de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais no Estado



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=45558>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD.

Normas do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM. Disponível em:

<<http://www.meioambiente.mg.gov.br/copam>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD.

Deliberações do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH. Disponível em:

<<http://www.siam.mg.gov.br/sla/action/consultaPublicacoes.do>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

SANCHEZ, L. E. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

504 - ANALISTA CONTÁBIL - CONTADOR

Contabilidade pública: conceito, objeto, objetivos, princípios, regimes, campos de aplicação. Receitas Públicas: Conceitos, receitas de competência dos municípios, classificação, estágios de execução, restituição e anulação de receitas, regime de contabilização e Dívida ativa. Despesas Públicas: Conceitos, classificação, licitação, regime de adiantamento. Estágios de execução e regime de contabilização. Orçamento público: Conceito e Princípios orçamentários. Exercício Financeiro. Créditos Adicionais. Antecipação de Receitas orçamentárias. Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Restos a pagar. Balancete: características, conteúdo e forma. Demonstrações Contábeis segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) – Federação 2020. Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): Despesas com Pessoal, Transferências Voluntárias, Destinação de recursos públicos para o setor privado, da Dívida e do endividamento, Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária, Restos a pagar, Da Transparência, controle e Fiscalização: Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Relatório de Gestão Fiscal. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

REFERÊNCIAS:

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 3.983, de 18 de dezembro de 2001, e atualizações. Código Tributário. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/7043>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 7.634, de 29 de setembro de 2021, e atualizações. Dispõe sobre a obrigatoriedade da prestação de contas sobre responsabilidade social e ambiental de empresas estabelecidas em Araxá/MG, cujas atividades impactam o meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/8511>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 7.837, de 07 de julho de 2022, e atualizações. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2023, e dá outras providências. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/8728>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

- ANDRADE, N. de A. Contabilidade pública na gestão municipal. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017. Métodos com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e nos padrões internacionais de contabilidade.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 9ª ed. Brasília: DF, 2021. Disponível em:
<<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Brasília: DF, 2019. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/plano-de-contas-aplicado-ao-setor-publico-pcasp-federacao/2020/114?ano_selecionado=2020> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e atualizações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 out. 1988. E atualizações. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e atualizações. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 maio 2000. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e atualizações. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF, 23 mar. 1964. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e atualizações. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, DF, 27 out. 1966. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e atualizações. República Federativa do Brasil. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em:
<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.133-de-1-de-abril-de-2021-311876884>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Conselho Federal de Contabilidade, Brasília-DF. Disponível em:
<<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. 1952 – Orçamento público: planejamento, elaboração e controle / Silvio Aparecido Crepaldi, Guilherme Simões Crepaldi. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013. ISBN 978-85
- FEIJÓ, P. H. Entendendo as demonstrações aplicadas ao setor público. 1ª ed. Brasília: Gestão Pública, 2017. ISBN 978-85-62880-18-6 1. GIACOMONI, J. Orçamento público. James Giacomoni. 17ª ed. revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2017.



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

GIACOMONI, J. Orçamento público. 17ª ed. revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2017.

KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática / Heilio Kohama. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

PISCITELLI, R. B. Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública / Roberto Bocaccio Piscitelli ... [et al.]. 13ª ed. rev. ampliada e atualizada até março de 2014. São Paulo: Atlas, 2014.

REIS, H. da C.; MACHADO JR., J. T. A Lei nº 4.320 comentada e a lei de responsabilidade fiscal. 35ª ed. Lumen Juris, IBAM.

505 - ANALISTA DE PROJETOS - ARQUITETO

História da arquitetura e do urbanismo. Patrimônio histórico e artístico. Projeto de Arquitetura: Teoria e prática do projeto arquitetônico, metodologia de projeto, partido arquitetônico e suas condicionantes, implantação e análise do terreno e do entorno, estudo de acessos, fluxos e circulações. Etapas do projeto. Desenvolvimento e detalhamento de projeto arquitetônico, elaboração de memorial descritivo e especificações técnicas. Conforto ambiental, Iluminação e ventilação natural, insolação, luminotécnica, conforto acústico e térmico. Projeto paisagístico. Acessibilidade em edifícios. Eficiência energética, conservação de energia e sustentabilidade. Norma de desempenho. Planejamento e Urbanismo: Legislação ambiental e urbanística. Teoria da urbanização. Histórico do planejamento urbano. Planejamento físico e urbano com elaboração de planos diretores e recomendações de ocupação, manutenção e uso. Parcelamento de solo urbano. Projeto de implantação de infraestrutura de arruamento, equipamentos urbanos e sinalização viária. Terraplenagem. Sistema cartográfico e geoprocessamento. Requalificação Urbana. Desenvolvimento Sustentável. Coordenação e Gestão de Projetos: Processo de projeto e sua gestão. Coordenação, gerenciamento e compatibilização de projetos arquitetônicos e complementares. Análise e verificação de projetos submetidos à aprovação, incluindo a emissão de pareceres técnicos. Licitação de Obras Públicas: Normas. Elaboração do Termo de Referência e Projeto Básico. Gestão e Fiscalização de Contratos. Responsabilidade fiscal de contrato. Rescisão contratual. Gerenciamento, Planejamento e Controle de Obras: Planejamento, orçamento e composição de preços. Planilha orçamentária. Cronograma físico-financeiro. Curva "ABC". Histograma de materiais. Histograma de pessoal. Acompanhamento de obras e medição de serviços. Análise e gerenciamento de contratos, projetos e obras. Técnicas Construtivas e Materiais de Construção: Serviços preliminares. Canteiro de obras. Características técnicas de materiais, especificações técnicas, aplicação, dimensionamento e detalhamento dos diversos processos e sistemas construtivos empregados na construção civil brasileira, incluindo fabricação, transporte e montagem e/ou execução in loco. Instalações Prediais: Instalações elétricas prediais. Instalações prediais hidrossanitárias e de prevenção e combate a incêndio e pânico. Instalações especiais. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

REFERÊNCIAS:

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 3.137, de 03 de julho de 1996, e atualizações. Institui o Código de Edificações no Município de Araxá, e dá outras providências. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/7195>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 2.547, de 22 de julho de 1992, e atualizações. Código de Posturas do Município de Araxá. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/3768>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 4.292, de 01 de dezembro de 2003, e atualizações. Altera na íntegra a Lei 2401 de 28 de dezembro de 1.990 que dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano no Município de Araxá, e dá outras providências. Disponível em: <https://sapl.araxa.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2003/1247/lei_4292.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 4.784, de 20 de dezembro de 2005, e atualizações. Dispõe sobre o Plano Plurianual para período 2006/2009. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/19>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 4.875, de 12 de abril de 2006, e atualizações. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano no Município de Araxá. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/329>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

AMBROZEWICZ, P. H. L. Materiais de construção: normas, especificações, aplicação e ensaios de laboratório. PINI, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR nº 12.267/1992. Normas para Elaboração de Plano Diretor

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR nº 15.575/2013. Edificações habitacionais – Desempenho (Partes 1 a 6).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR nº 9.050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. NBR 9.050. Rio de Janeiro: ABNT, Versão corrigida 2021

BASTOS, D. Arquitetura Brasileira. Editora Zeta, 2014.

BENEVOLO, L. História da arquitetura moderna. Editora Perspectiva, 2001.

BESSA, A. S. M. Preservação do patrimônio cultural: nossas casas e cidades, uma herança para o futuro. CREA MG, 2004

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, e atualizações. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e atualizações. Estatuto das Cidades. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e atualizações. República Federativa do Brasil. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.133-de-1-de-abril-de-2021-311876884>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

CARVALHO JUNIOR, R. de. Instalações elétricas e o projeto de arquitetura. 4ª ed. Blucher, 2013.



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

- CARVALHO JUNIOR, R. de. Instalações hidráulicas e o projeto de arquitetura. 7ª ed. Blucher, 2013.
- CASTRO, E. de; WOJCIECHOWSKI, M. J. Inclusão, colaboração e governança urbana: aprendizagem e capacitação institucional. PUC MINAS, 2010.
- CHING, F. D. K. Técnicas de construção ilustradas. Ed. Bookman, 2010.
- DE MARCO, C. S. Elementos de Acústica Arquitetônica. Nobel, 1990.
- FARAH, I.; SCHLEE, M. B.; TARDIN, R. Arquitetura paisagística contemporânea no Brasil. SENAC SP, 2010.
- FROTA, A. B.; SCHIFFER, S. R. Manual de conforto térmico. Ed. Studio Nobel, 2001.
- KERZNER, H. Gerenciamento de projetos: uma abordagem sistêmica para planejamento, programação e controle. Ed. Blucher, 2011.
- LEITE, C. Cidades Sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano. Bookman, 2012.
- MANSO, M. A.; MITIDIARI FILHO, C. V. Gestão e coordenação de projetos em empresas construtoras e incorporadoras: da escolha do terreno à avaliação pós-ocupação. PINI, 2011.
- SARAPKA, E. M. Desenho arquitetônico básico. PINI, 2010.
- SARAPKA, E. M. Desenho arquitetônico básico. PINI, 2010.
- TISAKA, M. Orçamento na construção civil: consultoria, projeto e execução. PINI, 2006.
- YAZIGI, W. A Técnica de Edificar - PINI, 2009.

506 - ANALISTA DE PROJETOS - ENGENHEIRO CIVIL

Conceitos básicos de resistência dos materiais. Conceitos básicos de análise estrutural. Dimensionamento de estruturas de concreto armado, de aço e de madeira. Projetos de subdivisão e urbanização de terrenos. Topografia. Planejamento, orçamento e acompanhamento de obras. Projeto de instalações elétricas domiciliares. Projeto de instalações hidráulico-sanitárias. Projeto de vias urbanas, terraplenagem, pavimentação, captação e destino das águas pluviais. Perícias, relatórios, vistorias, avaliações de imóveis para desapropriações. Leitura e correção de desenhos de arquitetura, de instalações elétricas e hidráulico-sanitárias. Orientação e supervisão de equipes de obras civis. Emissão de pareceres e relatórios sobre assuntos técnicos. Conhecimentos das Legislações de Licitação (Lei Federal nº 8.666/1993 - Lei Federal nº 10.520/2002 - Lei Federal nº 14.133/2021). E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

REFERÊNCIAS:

- ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 3.137, de 03 de julho de 1996, e atualizações. Institui o Código de Edificações no Município de Araxá, e dá outras providências. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/7195>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 2.547, de 22 de julho de 1992, e atualizações. Código de Posturas do Município de Araxá. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/3768>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 4.292, de 01 de dezembro de 2003, e atualizações. Altera na íntegra a Lei 2401 de 28 de dezembro de 1.990 que dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano no Município de Araxá, e dá outras providências. Disponível em: <https://sapl.araxa.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2003/1247/lei_4292.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 4.784, de 20 de dezembro de 2005, e atualizações. Dispõe sobre o Plano Plurianual para período 2006/2009. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/19>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 4.875, de 12 de abril de 2006, e atualizações. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano no Município de Araxá. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/329>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Instalação predial de água fria (NBR 5626). Rio de Janeiro: ABNT, 1998.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Instalações elétricas de baixa tensão (NBR 5410). Rio de Janeiro: ABNT, 2004.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Instalações prediais de águas pluviais (NBR 10844). Rio de Janeiro: ABNT, 1989.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Projeto de estruturas de concreto – procedimento (NBR 6118). Rio de Janeiro: ABNT, 2014.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Projeto de estruturas de aço e estruturas mistas de aço e concreto de edifícios (NBR 8800). Rio de Janeiro: ABNT, 2008.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Projeto e execução de instalações prediais de água quente (NBR 7198). Rio de Janeiro: ABNT, 1993.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Projetos de estruturas de madeira (NBR 7190). Rio de Janeiro: ABNT, 1997.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Sistemas prediais de esgoto sanitário: projeto e execução (NBR 9649). Rio de Janeiro: ABNT, 1999.



CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA



EDITAL Nº 01/2023

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução (NBR 8160). Rio de Janeiro: ABNT, 1999.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e atualizações. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm> Acesso: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e atualizações.

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110520.htm> Acesso: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e atualizações. República Federativa do Brasil. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em:

<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.133-de-1-de-abril-de-2021-311876884>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

CARDOSO, R. S. Orçamento de obras em foco: um novo olhar sobre a engenharia de custos. São Paulo: PINI, 2014.

CARVALHO JR., R. Instalações hidráulicas e o projeto de arquitetura. 8ª ed. São Paulo: Blucher, 2014.

FIKER, J. Manual de avaliações e perícias em imóveis urbanos. 3ª ed. São Paulo: PINI, 2008.

GERE, J. Mecânica dos materiais. São Paulo: Thomson Pioneira, 2003.

LEET, K. M. *et al.* Fundamentos da análise estrutural. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.

LIMMER, C. V. Planejamento, orçamentação e controle de projetos. Rio de Janeiro: LTC, 1997.

NEVES, F. J. M. Como ler plantas e projetos: guia visual de desenhos de construção. São Paulo: PINI, 2014.

PESSOA JR., E. Manual de obras rodoviárias e pavimentação urbana: execução e fiscalização. São Paulo: PINI, 2014.

TULER, M. Fundamentos de topografia. Porto Alegre: Bookman, 2014.

507 - ANALISTA JURÍDICO - ADVOGADO

Direito Ambiental: Interação do homem com a natureza e os mecanismos legais para proteção do meio ambiente. Regulação da relação dos indivíduos, governos e empresas com o meio ambiente. Conciliação dos aspectos ecológicos, econômicos e sociais com a melhoria da condição ambiental e bem-estar da população. Legislações federais, estaduais e municipais reguladoras das questões que envolvem o Meio Ambiente.



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

Direito Administrativo: Administração Pública: conceito, poderes e organização do Estado. Princípios básicos da Administração: poderes e deveres do administrador público. Abuso de poder. Direito administrativo: conceito e objeto. Abrangência de aplicação. Fontes do Direito Administrativo. Organização administrativa. Noções gerais. Princípios da Administração Direta e Indireta. Entidades administrativas. Poderes específicos da Administração Pública. Entidades da administração indireta e fundacional. Tipologia, finalidades e características. Regimes jurídicos aplicáveis. Entes privados de cooperação. Ato administrativo. Noções gerais. Características. Validade. Vício. Nulidades. Desfazimento: anulação, revogação e convalidação. Espécies e classificação dos atos administrativos. Licitações. Princípios. Competência legislativa. Dispensa e Inexigibilidade. Modalidades. Tipos. Procedimento licitatório. Sanção administrativa e tutela judicial. Revogação. Contrato administrativo. Noções gerais. Elementos. Características. Formalização, alteração, execução e inexecução. Revisão, reajustamento e prorrogação. Desfazimento. Convênios e consórcios administrativos. Serviços públicos. Noções gerais. Princípios informativos específicos. Formas de execução. Terceirização de serviços. Hipóteses. Princípios aplicáveis. Vedações. Bens públicos. Noções gerais. Espécies. Afetação e desafetação. Regime jurídico dos bens públicos, móveis e imóveis. Gestão patrimonial. Venda, permuta, doação, aforamento, concessão de direito real de uso, concessão de uso, cessão e permissão de uso, dação em pagamento, usucapião, investidura. Normas de registro público. Intervenção do Estado na propriedade. Noções gerais. Modalidades. Sanções administrativas. Desapropriação. Noções gerais. Fundamentos e tipos constitucionais. Competências. Objeto. Retrocessão. Gestão financeira. Orçamento. Receita e despesa. Execução orçamentária. Endividamento público: limites e competência. Lei de Responsabilidade Fiscal. Controle e fiscalização orçamentária, contábil, financeira, operacional e patrimonial. Sistemas de controle externo e interno. Tribunais de Contas. Competência. Controle de legalidade e economicidade. Processos e procedimentos administrativos. Natureza e princípios constitucionais. Direito de informação e de certidão. Responsabilidade do Estado por atos da Administração. Responsabilidade dos agentes políticos e dos agentes públicos. Responsabilidade administrativa, civil e penal dos servidores públicos. Processo administrativo disciplinar. Sindicância e inquérito. Função Pública. Servidores públicos e empregados dos entes privados da Administração. Regimes jurídicos aplicáveis. Normas e institutos constitucionais e infraconstitucionais pertinentes. Aspectos e institutos específicos do regime jurídico do servidor público. Controle da atividade administrativa. Noções gerais. Meios específicos do controle jurisdicional. Garantias constitucionais e seus instrumentos de controle. Mandado de segurança, mandado de injunção, ação popular e ação civil pública. Direito de petição aos Poderes Públicos. Direito Administrativo Municipal. Competência Legislativa e Executiva. Organização e Autonomia municipais. Prescrição do ato administrativo. Improbidade Administrativa. Agências Reguladoras. Terceiro Setor.

Direito Civil: Pessoas naturais e jurídicas. Domicílio Público. Bens: classificação. Bens públicos. Bens fora do comércio. Atos jurídicos: Conceito. Defeitos. Modalidades; formas dos atos jurídicos e sua prova; nulidades. Da posse: classificação, aquisição, efeitos, perda. Da propriedade: Domínio. Conceitos e tipos de propriedade. Aquisição e perda da propriedade (meios). Limitações ao direito de propriedade. Dos direitos reais sobre coisas alheias. Enfitese. Servidões prediais. Uso. Habitação. Dos contratos: Disposições gerais. Contratos bilaterais. Arras. Contratos aleatórios. Espécies de contratos. Compra e venda. Doação. Locação. Depósito. Mandato. Dação em pagamento. Compensação. Novação. Transação. Lei. Vigência. Aplicação da Lei no tempo e no espaço. Integração e Interpretação. Lei de Introdução ao Código Civil. Domicílio Civil. Fatos jurídicos. Atos ilícitos. Prazos de prescrição e decadência. Responsabilidade civil. Contrato comodato. Prestação de serviço e seguro.

Direito Processual Civil: Direito Processual: conceito, objeto, divisões. A norma processual civil no tempo e no espaço. Função jurisdicional: caracterização. Jurisdição voluntária. Organização judiciária estadual. Ação: conceito. Condições do seu exercício. Classificações. Processo: noções gerais. Processo e procedimento. Objeto do processo. Mérito. Questão principal, questões preliminares e prejudiciais. A relação jurídica processual: caracteres, requisitos, pressupostos processuais, conteúdo. Poderes, direitos, faculdades, deveres e ônus processuais. Competência: conceito, classificações, critérios de determinação. Prorrogação e prevenção. Incidentes sobre competência. Conflitos de competência e de atribuições. Sujeitos do processo: o



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

Juiz e as partes. Capacidade e legitimação. Representação, assistência, autorização. Substituição processual. Intervenção de terceiros. Fatos e atos processuais: classificação, forma, lugar e tempo. Vícios e seus efeitos. Nulidade. Inexistência, invalidade e ineficácia. Impulso processual. Prazos, preclusão. Inércia processual: contumácia e revelia. Processo de conhecimento. Etapas. Tutela antecipada. Sentença: conceito, classificações, estrutura, efeitos. Publicação, intimação, correção e integração da sentença. A coisa julgada. Recursos e ações autônomas. Ação rescisória. Noções gerais sobre recursos: classificação, requisitos da admissibilidade, efeitos, desistência, renúncia. Processo de execução. As diversas espécies de execução. Execução contra a Fazenda Pública. Execução Fiscal. Embargos do devedor. Controle jurisdicional da constitucionalidade das leis e atos do Poder Público. Ação de desapropriação. Ação popular. Ação civil pública. Mandado de segurança. O processo cautelar. Noções gerais. Medidas cautelares. Os procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária.

Direito Constitucional: Conceito e tipos de Constituição. Teoria da Constituição. Poder Constituinte: modalidades. Interpretação e integração da Constituição. Eficácia das normas constitucionais e infraconstitucionais. Disposições constitucionais transitórias. Princípios fundamentais. Partilha de competências. Constituições Estaduais. Definição e limites do Poder Constituinte dos Estados. Poderes do Município. Separação de Poderes. Delegação. Invasão de competência. Poder Legislativo. Composição e atribuições. Iniciativa das leis. Tipos normativos. Sanção e veto. Processo legislativo municipal. Finanças públicas. Orçamento. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Tribunais de Contas. Poder Executivo. Atribuições e competências. Responsabilidade dos agentes políticos. Poder Judiciário. Tribunais Judiciários e respectivas competências. Poder Judiciário do Estado. Competências do Tribunal de Justiça. Direitos e garantias fundamentais. Habeas corpus. Mandado de segurança. Individual e coletivo. Mandado de injunção. Habeas data. Ação popular. Controle de constitucionalidade. Modalidades: difuso e concentrado. Ação de inconstitucionalidade. Inconstitucionalidade por omissão. Ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal. Lei municipal. Inconstitucionalidade face à Constituição Estadual. Bens da União, dos Estados e dos Municípios. Direito de propriedade. Limitações e condições de seu exercício. Desapropriação. A ordem social. Direitos sociais. Seguridade social. Saúde. Previdência social. Assistência social. Competências federativas. Administração pública. Princípios constitucionais. Regimes dos servidores públicos. Institutos constitucionais. Responsabilidade da Administração. Organização Administrativa. Licitação. Os Municípios na Constituição Federal e na Constituição Estadual. Princípios e preceitos. Princípios estaduais. Leis Orgânicas Municipais (Cartas Municipais). Competência municipal. O Município na Federação. Competências constitucionais e autonomia municipal. Supremacia da Constituição. Dos direitos e deveres individuais e coletivos. Do Sistema Tributário Nacional - Dos princípios gerais - Das limitações do poder de tributar. Dos impostos da União, dos Estados e dos Municípios. Da repartição das Receitas Tributárias. Crimes de Responsabilidades (Lei 1079/50 - Decreto. Lei 201 de 1967, Lei 7106/83). Ordem Econômica na C.F. Intervenção no domínio econômico. Monopólio e concessão de serviço público.

Direito Tributário e Financeiro: Tributo. Espécies tributárias. Sistema Constitucional Tributário. Competências tributárias. Imunidades Tributárias. Princípios Constitucionais tributários. Legislação tributária. Norma jurídica tributária. Relação jurídica tributária. Obrigação Tributária. Crédito Tributário. Fato gerador. Sujeito ativo. Sujeito passivo. Solidariedade. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Extinção do crédito tributário. Administração Tributária. Tributos Municipais. Direito financeiro. Conceito e objeto. Orçamento público. Princípios orçamentários. Leis orçamentárias. Fiscalização financeira e orçamentária. Despesa pública. Receita pública. Lei de responsabilidade fiscal. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

Direito Penal: Código Penal. Improbidade Administrativa.



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

REFERÊNCIAS:

- ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 2.547, de 22 de julho de 1992, e atualizações. Código de Posturas do Município de Araxá. Disponível em: <<https://sapl.araxa.mg.leg.br/norma/3768>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei Municipal nº 7.737, de 16 de março de 2022, e atualizações. Dispõe sobre critérios e procedimentos destinados à atividade de licenciamento ambiental no Município de Araxá-MG, estabelece a Taxa de Licenciamento Ambiental (TLA), e dá outras providências. Disponível em: <http://ipdsa.org.br/dados/licenca_ambiental/4/arquivo/lei_no_7.737%20Licenciamento%20Ambiental.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- BALEEIRO, A. Direito Tributário Brasileiro. 14ª ed. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2018.
- BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e atualizações. Código Penal - Capítulos I e II do Título XI; Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992, e atualizações. Dispõe sobre a Improbidade Administrativa. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e atualizações. Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10024.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942, e atualizações. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 9 set. 1942. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Decreto-Lei/Del4657compilado.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, e atualizações. Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 27 fev. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0201.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e atualizações. Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 26 de fevereiro de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/leis/LCP/Lcp95.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e atualizações. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 de maio de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e atualizações. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, DF, 1º ago. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp116.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, e atualizações. Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp140.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e atualizações. Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 12 abr. 1950. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L1079.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e atualizações. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF, 23 mar. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 4.717, de 29 de junho de 1965, e atualizações. Regula a Ação Popular. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 set. 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L4717.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e atualizações. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, DF, 27 out. 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e atualizações. Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente e suas alterações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 2



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

set. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e atualizações. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 25 jul. 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7347Compilada.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e atualizações. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L8112cons.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.249, de 02 de junho de 1992, e atualizações. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 3 jun. 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8429.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e atualizações. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 9.507, de 12 de novembro de 1997, e atualizações. Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 13 nov. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9507.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e atualizações. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e atualizações. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. E suas alterações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, e atualizações. Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 11 nov. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19868.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

- BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 9.882, de 03 de dezembro de 1999, e atualizações. Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 6 dez. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19882.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e atualizações. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e atualizações. Institui o Código Civil. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e atualizações. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 18 jul. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10520.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 12.016, de 07 de agosto de 2009, e atualizações. Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 10 ago. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112016.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 12.462, de 04 de agosto de 2011, e atualizações. Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 ago. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/L12462compilado.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e atualizações. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015, e atualizações. Código de Processo Civil. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 17 mar. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 13.300, de 23 de junho de 2016, e atualizações. Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 24 jun. 2016. Disponível em:



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**



EDITAL Nº 01/2023

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113300.htm> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

CARVALHO FILHO, J. dos S. Manual de Direito Administrativo. 32ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

CARVALHO, P. B. Curso de Direito Tributário. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

COELHO, S. C. N. Curso de Direito Tributário Brasileiro. 16ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

DI PIETRO, M. S. Z. Manual de Direito Administrativo. 31ª ed. rev. atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018

FERNANDES, B. G. Curso de Direito Constitucional. 10ª ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

LEITE, C. H. B. Curso de Direito do Trabalho. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MACHADO, H. B. Curso de Direito Tributário. 38ª ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

MINAS GERAIS. Governo do Estado de Minas Gerais. Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018, e atualizações. Estabelece normas para licenciamento ambiental, tipifica e classifica infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos e estabelece procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades. Disponível em:
<<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=45918>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

MINAS GERAIS. Governo do Estado de Minas Gerais. Decreto Estadual nº 47.749, de 11 de novembro de 2019, e atualizações. Dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental e sobre a produção florestal no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em:
<<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=50061>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

MINAS GERAIS. Governo do Estado de Minas Gerais. Decreto Estadual nº 47.838, de 09 de janeiro de 2020, e atualizações. Dispõe sobre a tipificação e classificação das infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos aplicáveis às atividades agrossilvipastoris e agroindustrial de pequeno porte e dá outras providências. Disponível em:
<<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=50584#:~:text=DECRETA%3A,e%20agroindustrial%20de%20pequeno%20porte>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

MINAS GERAIS. Governo do Estado de Minas Gerais. Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, e atualizações. Dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado. Disponível em:
<<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=30375>> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

NEVES, D. A. A. Manual de Direito Processual Civil. 10ª ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

SABBAG, E. Manual de Direito Tributário. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SARAIVA, R.; LINHARES, A. Curso de Direito Processual do Trabalho. 15ª ed. Salvador: JusPodivm, 2018.



**CONCURSO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ/MG -
IPDSA**

EDITAL Nº 01/2023



TARTUCE, F. Manual de Direito Civil. 8ª ed. Método, 2018.

VICENTE, P.; ALEXANDRINO, M. Direito Administrativo Descomplicado. 25ª ed. Rio de Janeiro:
Forense; São Paulo: Método, 2017.